



Ângela Cristina Salgueiro Marques Luís Mauro Sá Martino

Mídia, ética e esfera pública

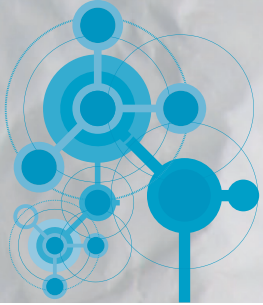
Selo PPGCOM-UFMG
Belo Horizonte, 2016
314 páginas

Resenhado por



Camilo Aggio

- Professor-doutor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- E-mail: camiloaggio@gmail.com



Os caminhos e desafios de uma perspectiva ampla da relação entre ética e comunicação

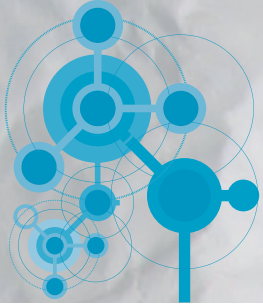
The paths and challenges from a broad perspective of the relationship between ethics and communication

Los caminos y desafíos de una perspectiva amplia de la relación entre ética y comunicación

M*ídia, ética e esfera pública* agrega um conjunto relativamente abrangente de reflexões teóricas, epistemológicas e analíticas de questões e fenômenos caros à pesquisa em comunicação. Ângela Marques e Luís Martino unem forças para discutir os parâmetros e liames éticos e morais que podem (ou devem) amparar discussões e debates acerca (a) das formas constitutivas das intersubjetividades sob a perspectiva da comunicação relacional; (b) da necessidade de construção de parâmetros normativos que impliquem no efetivo uso da alteridade como constituidora das relações sociais e políticas; (c) das contribuições e limites da ética do discurso e do princípio da racionalidade para amparar reflexões críticas acerca dos conceitos de "esfera pública"; (d) das distâncias e proximidades entre Pierre Bourdieu e Jürgen Habermas para uma análise crítica dos conceitos de campo, esfera pública e autonomia; (e) das múltiplas facetas do princípio da objetividade jornalística como discurso de autolegitimação, estratégia ou item deontológico; e (f) as contribuições da estética para reflexões acerca dos aspectos imagético-expressivos nas cenas de luta, dissenso e resistência políticas.

O livro é dividido em três partes, denominadas, respectivamente, como (I) "Ética, moral e comunicação", (II) "Ética, produção de informações e esfera pública" e (III) "Ética, estética e política". A primeira parte é composta de cinco capítulos que tratam dos conceitos fundamentais que tendem a guiar as reflexões presentes ao longo da obra. Há uma nítida inclinação dos autores para tratar da ética e da moral centrada numa perspectiva relacional e interativa de comunicação, reverberando uma clara concepção sociológica organicista das relações sociais, pouco afeita às visões individualistas de corte liberal. A segunda parte, composta de quatro capítulos, conduz o leitor a reflexões críticas acerca do conceito habermasiano de esfera pública, fundamentalmente amparadas pela noção de campo de Pierre Bourdieu e que serve como pilar para considerações acerca da ética jornalística e dos limites do conceito de autonomia e objetividade jornalísticas. A terceira parte lida com a interface entre percepção e sensibilidade, luta por reconhecimento, cenas de dissenso e identidades.

Indo na contramão da não dissociação que faz Spinoza entre moral e ética, os autores concebem o primeiro como o território dos hábitos, costumes e práticas sedimentados e legitimados por membros de uma dada cultura, ao passo que o segundo se refere, em termos pragmáticos, a "um campo de investigação e reflexão teórico-filosófica que 'analisa, critica, ou legitima os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral em sua dimensão prática'". Basicamente, a ética é aqui



compreendida como um instrumento de moderação de questões morais na medida em que é acionado para permitir reflexões, juízos, entendimentos e resoluções de impasses, controvérsias e desafios que o campo da moral já não tem capacidade de lidar.

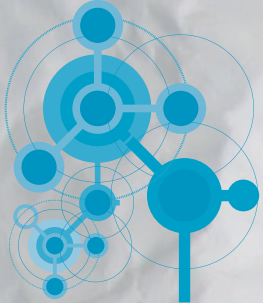
Tal distinção é o fio condutor de todas as reflexões e abordagens, difusas em termos conceituais e empíricos, apresentadas ao longo do livro, a exemplo das discussões sobre a ética do discurso, dos agires comunicativo e estratégico, das constrições e contingenciamentos do campo do jornalismo na confecção de uma ideia de ética jornalística e das competências e responsabilidades dos *media* enquanto parte integrante de uma ética comunal, solidária e relacional.

Uma ética da comunicação deve contemplar o desejo e a necessidade de estar com o outro, de acolhê-lo, respeitá-lo, de aceitar o desafio que o outro nos lança por acolhê-lo, de respeitá-lo, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença. O encontro com o outro, seja na comunidade ou pela via das representações mediáticas, deveria se expressar sempre de forma agonística (e não meramente antagônica), na qual o indivíduo incita o outro por meio da dúvida e do estranhamento. (Marques; Martino, 2016, p. 42)

Em linhas gerais, a obra apresenta, em especial, uma consistência teórica e expressiva desenvolvida no trato com conceitos e autores mobilizados por Marques e Martino para amparar as escolhas, questões que pretendem discutir, bem como as posições que notadamente assumem diante dos fenômenos e objetos aos quais lançam seus olhares críticos. Cabe destacar, neste ponto, as discussões acerca da constituição comunicacional do sujeito político autônomo. Com forte diálogo estabelecido entre os autores e as concepções habermasianas de deliberação, bem como a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, Marques e Martino sustentam que a construção da autonomia dos sujeitos se dá por meio de processos comunicativos apenas possíveis de serem estabelecidos mediante o reconhecimento da igualdade moral entre os sujeitos e das trocas intersubjetivas em dinâmicas sociais que não permitem conceber os indivíduos isoladamente, mas relacionalmente. Há, de forma declarada, uma posição acerca do conceito de autonomia que se desenvolve na negação ou confrontação com uma suposta noção liberal de autonomia.

Neste ponto, cabe uma consideração crítica: a noção de autonomia da doutrina liberal não é um artifício moral (e estratégica política) construído para negar a coletividade ou relações comunais. O individualismo liberal, que ampara a noção de autonomia, é um princípio que se explica menos por uma noção de isolamento e autossuficiência individual do que pela necessidade de proteção das liberdades dos indivíduos. Em outras palavras, a autonomia enquanto conceito liberal é estabelecido como um princípio universal cuja utilidade prática é, basicamente, combater o abuso de poder, a dominação e a tirania. Afirmar e defender, portanto, a autonomia como “um agir” de acordo com desejos, convicções e valores individuais não implica em negar a coletividade; implica, sim, em neutralizar a dominação. A autonomia liberal, ao mesmo tempo em que concede ao indivíduo a possibilidade de se inserir e se envolver com a coletividade (o exercício dos princípios liberais de reunião e associação, por exemplo), também oferece salutar proteção contra a dominação e tirania perpetradas por coletivos.

Envolver-se coletivamente ou mesmo compreender a existência social como relacional não implica, portanto, numa espécie de anulação da autonomia, entendida como a capacidade ou possibilidade de fazer escolhas individuais (ainda que reduzidas por contingenciamentos dos mais diversos) e desenvolver-se moralmente de acordo com leques de opções oferecidos socialmente. O conceito de autonomia liberal é, antes de tudo, a salvaguarda, estabelecida como princípio moral, de defesa do indivíduo contra a tirania e a dominação: seja face ao Estado, seja face a quaisquer coletivos com pretensões de imposição de agendas, desejos, princípios e regras à revelia de direitos individuais de escolha. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a defesa do indivíduo como único proprietário de si e de suas escolhas não o isola de dinâmicas que podem submetê-lo a processos de convencimento e acolhimento. Mesmo as variáveis que incidem sobre a construção de abissais assimetrias para o exercício de liberdades, como as desigualdades sociais, não anulam o fato de que, mesmo nas camadas mais vulneráveis de qualquer sociedade, a autonomia ainda se projeta como garantia mínima de proteção contra a dominação.



Toda a discussão apresentada pelos autores acerca de como a realização de dinâmicas co-operativas de constituição dos indivíduos enquanto sujeitos sociais e políticos – mediante processos intersubjetivos de reconhecimento e deliberação –, ganharia maior peso descritivo, reflexivo e mesmo normativo caso o conceito liberal de autonomia, tal como concebido em sua origem, fosse acolhido e não descartado de acordo com as leituras apresentadas. Defendo que há muito mais pontos de convergência, que poderiam ampliar qualitativamente a discussão sobre autonomia, do que, exatamente, incongruências.

Os capítulos que englobam as discussões éticas atreladas à ideia de autonomia, ética do discurso, mídia, deliberação e reconhecimento constroem uma rota normativa muito bem pavimentada, teoricamente consistente e bem articulada, com bases propositivas sólidas que evocam a necessidade de revisão ou ampliação de determinados conceitos (ética do discurso e esfera pública, por exemplo) para se pensar um ética ampliada, que considere sujeitos, instituições sociais dos *media*, grupos vulneráveis e minorias como partes integrantes de uma “luta que requer mudanças culturais e políticas acompanhadas de uma renovação normativa derivada de uma legitimidade constituída na esfera pública de reflexão e debate.” (Marques; Martino, 2016, p. 92)

Assim, segundo os autores, “ela só pode ser alcançada por indivíduos que compartilham um mundo comum e nele se comunicam, se interpelam, e buscam reconfigurar seus valores, princípios e normas morais”. (Marques; Martino, 2016, p. 92)

No tocante às reflexões sobre ética e jornalismo, os leitores dessa obra terão acesso a uma discussão consistente acerca das armadilhas pantanosas do longo debate acerca dos parâmetros normativos, deontológicos, que servem (ou deveriam servir) como orientações de práticas no fazer jornalístico. Mobilizando Habermas e Bourdieu, os autores se debruçam no conceito de *campo* – entendido como ambientes estruturados simbolicamente em torno de regras particulares de hierarquizações, competição e distribuição de reconhecimento e prestígio –, sobre como ele é capaz de lançar luz sobre os limites da compreensão do exercício da ética em empresas jornalísticas. Isto porque, de forma sintética, os autores defendem haver um duplo vínculo que torna possível uma conciliação entre as regras estabelecidas no jornalismo enquanto campo de disputa e lucro simbólicos e sua função diante de uma noção epistêmica de democracia e esfera pública. Entre a ética profissional e as dimensões simbólicas e mercadológicas do jornalismo comercial, há, nessa perspectiva, um abismo que impede realizações satisfatórias de conciliação.

Estruturalmente, o livro poderia passar por alguns poucos ajustes de modo a melhorar a coesão e o diálogo dos capítulos que o compõem. Como é claro para o leitor – e também está anunciado – os capítulos derivam de artigos apresentados ou publicados anteriormente, de maneira que, em muitas circunstâncias, parágrafos se repetem, *ipsis litteris*, com duas páginas de distância, e considerações, avaliações ou mesmo apresentações de conceitos se repetem em capítulos “vizinhos”. Arrisco sugerir que o capítulo 4 poderia ser excluído da primeira parte numa futura segunda edição por não estar propriamente alinhado com a temática da Parte I, e por tratar de conversações on-line numa perspectiva muito genérica, pouco específica e atenta às singularidades de diferentes ambientes de interação digital. Sua exclusão acarretaria num ganho de coesão na seção da qual faz parte.

Finalmente, como já dito no início desta resenha e reiterado ao longo do texto, *Mídia, ética e esfera pública* é um livro consistente, teoricamente rico e valioso nas perspectivas, abordagens e problemas teóricos que se propõe a enfrentar. De um ponto de vista político, assume uma posição louvável e instigante sobre como se pode pensar uma ética relacional construída por meio de processos comunicativos e intersubjetivos, atenta aos desafios sociais da democracia e da promoção da justiça.